

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Estudo Técnico Preliminar 71/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: PRC 89/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação se faz necessária para atender às necessidades dos Projetos Sala Verde e Tela Verde da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando atender à população - crianças, jovens e adultos em ações de educação ambiental.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. A inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. A regularidade perante a Fazenda Federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V. A regularidade perante a justiça do Trabalho;
- VI. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade.

I- contrato ou estatuto social atualizado;

II- documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;

III- prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/25;

IV- as declarações do art.124 do Decreto Municipal nº 5.570/25, pois também se relacionam com situações em que é vedada a contratação com a administração pública municipal; (no caso de contratação de pessoa física, excluir as declarações que não se aplicam a essa categoria)

V- CND federal;

VI- Certidão negativa de falência. (ou outra forma de comprovação da qualificação econômica, conforme o caso, de acordo com o art. 69 da Lei de licitações, a depender da complexidade do objeto.)

3.1.2. Para fins de qualificação técnica, a futura contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação

3.1.3. A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

3.1.4. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.]

3.1.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.1.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante /proponente.

3.1.6.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.1.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.1.6.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.1.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.1.6.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.1.6.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.1.6.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.1.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a

contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.1.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.1.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. Levantamento de Mercado

Os itens objetos deste processo foram escolhidos com a finalidade de atender às necessidades básicas para estruturar os Projetos Sala Verde e Tela Verde da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A escolha foi baseada em critérios de qualidade, conforto, durabilidade, economicidade, eficiência e eficácia.

6. Descrição da solução como um todo

A solução encontrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para suprir a demanda de materiais de bens comuns e equipamentos permanentes, foi a realização de PROCESSO LICITATÓRIO, na modalidade de Pregão Eletrônico para aquisição dos equipamentos para montagem dos Projetos Salas Verdes e Circuito Tela Verde, junto à Secretaria de Meio Ambiente, visando atender à população - crianças, jovens e adultos em ações de educação ambiental.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de mesas e cadeiras foi estimada para atender o máximo de 31 alunos, sendo uma das carteiras adaptada para cadeirante. Está previsto também um conjunto de mesa e cadeira para um professor. Os demais itens atendem às necessidades do projeto nas quantidades previstas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.714,13

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é de R\$13.714,13 (treze mil, setecentos e quatorze reais e treze centavos), referente à média simples dos valores obtidos por meio de pesquisas em sistemas oficiais de governo, conforme documento apresentado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento, haja vista, a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos e a maior vantagem na contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram observadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias a esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para este exercício e há dotação orçamentária para suportar a respectiva despesa.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com esta contratação, a aquisição de produtos de qualidade, eficiência e eficácia, com preços vantajosos, tendo em vista que os valores utilizados na média apurada foram definidos com base em aquisições anteriores da Administração Pública, e foram utilizados parâmetros e descrições técnicas de qualidade para alcançar os objetivos dos Projetos pretendidos.

13. Providências a serem Adotadas

1. Fica designado(a) como **GESTOR(A) DO CONTRATO**:
2. Nome: Érica Pereira Bedim
3. Matrícula: 5127
4. Cargo: Superintendente de Gestão Ambiental
5. Unidade/Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
6. Fica designado(a) como **FISCAL DO CONTRATO**:
7. Nome: Lucília Baía Meneghite
8. Matrícula: 6081

9. Cargo: Oficial de Apoio Administrativo
10. Unidade/Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbrou qualquer impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Frente aos estudos realizados, declara-se viável a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA

OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 11:55:00.